

Distribuição restrita aos

Classificação :

Gabinetes e Secretário-Geral

Distribuição :

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria-Geral

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO

Publicação D. N. O. L. N. 13.11.79 Periodicidade J

Dia 13-11-79 Pág.(s) 1-3 Tendência política _____

Lurdes Pintasilgo no Norte:

Don 13.11.79 P.1

Esforçamo-nos por regionalizar a nossa administração pública

«Estamos a fazer tentativas concretas de descentralizar e desconcentrar a administração central», afirmou Maria de Lurdes Pintasilgo numa das reuniões de trabalho que teve durante a visita de dois dias ao Minho.

Regressada já a Lisboa, a primeiro-ministro sublinharia ainda no encontro realizado no Governo Civil de Viana do Castelo que a descentralização do poder será uma tarefa inadiável para a próxima Assembleia da República.

Acompanhada pelos ministros dos Assuntos Sociais, secretários de Estado da Cultura, da Administração Regional e Local, secretário-adjunto do ministro da Agricultura e Pescas, e pelo governador civil do distrito, a responsável pelo V Governo discutiu com os presidentes das câmaras da região diversos problemas, detendo-se sobretudo nos de natureza social, escolar e cultural.

A falta de meios técnicos, humanos e financeiros por

parte das autarquias foram as objecções mais relevantes então levantadas, às quais Lurdes Pintasilgo prometeu desenvolver iniciativas de desbloqueamento.

A gravidade dos problemas de habitação, de abastecimento de energia eléctrica, de vias de comunicação, foram, por outro lado, postas também em relevo como referimos em pormenor na página 3.

Fundação Cuidar o Futuro



A primeiro-ministro percorreu ontem demoradamente os estaleiros de Viana do Castelo, durante a deslocação que realizou ao Norte do País. Na foto, Maria de Lurdes Pintasilgo, acompanhada do governador civil do distrito e de administradores do complexo portuário, dá entrada num dos seus pavilhões centrais



É premente que se legisle sobre a regionalização

— afirmou Lurdes Pintasilgo durante a sua visita ao Alto Minho

DNV 13-11-79 p. 3

«A regionalização é, sem dúvida, uma das urgências mais prementes de legislação, assim que a próxima Assembleia da República comece a funcionar», afirmou aos jornalistas a primeiro-ministro Maria de Lurdes Pintasilgo, que ontem terminou uma visita de dois dias ao Alto Minho, durante a qual teve uma reunião, no Governo civil de Viana do Castelo, com os presidentes das câmaras municipais do distrito.

Acompanharam a chefe do Governo, o titular da pasta dos Assuntos Sociais, Bruto da Costa, e os secretários de Estado-adjunto da Cultura, da Administração Local e Regional, respectivamente, Teresa Santa Clara Gomes, Helder Macedo, e José Penedo, bem como o subsecretário de Estado-adjunto do MAP, Covas de Lima.

Nas suas declarações aos órgãos de Comunicação, e ainda a propósito da regionalização, Maria de Lurdes Pintasilgo salientou que ela «é muito importante, não só pelas razões que dizem respeito à autonomia de cada região, mas também pelas que se relacionam com a própria eficácia de toda e qualquer acção governativa».

A chefe do Governo criticou, ainda, aqueles que consideram o País «como um todo uniforme, qualificando tal atitude de «simplificação burocrática». Para a primeiro-ministro, a gente que assim pensa, trabalha «como se as pessoas reais e concretas fossem entes abstractos». Com o objectivo de corroborar as suas afirmações, Lurdes Pintasilgo chamou a atenção para as diferenças que, por exemplo, existem entre os distritos do Porto e de Viana do Castelo.

Segundo a chefe do Executivo, o conhecimento da «diversificação do País não pode funcionar simplesmente em termos da realidade folclórica que nos apraz verificar». De facto, «é na medida em que cada região se sente fortalecida naquilo que tem de original e próprio, que ela pode contribuir para a realização de um todo nacional

coerente, rico e cada vez mais dinâmico».

Referindo-se às visitas efectuadas a diversas zonas do País, Maria de Lurdes Pintasilgo assinalou que elas «tentam superar as dificuldades da máquina administrativa», mas «não tentam ultrapassá-la, no sentido de correr paralelamente a ela». Elogiou o esforço dos trabalhadores do aparelho administrativo que, no seu entender, «tentam fazer o melhor».

Política de fronteiras cabe à próxima assembleia

No seu encontro com os chefes das autarquias do distrito de Viana do Castelo, a equipa governamental teve oportunidade de tomar contacto com as graves carências que afectam a região e dizem respeito, nomeadamente, à falta de habitações, instalações escolares para todos os níveis, centros de saúde, estradas, etc.

Existem, no entanto, alguns casos que vale a pena salientar. Por exemplo, o presidente da Câmara Municipal de Melgaço referiu o facto de uma «senhora do Institut da Família Acção Social (IFAS) que afirmou não necessitar aquela localidade de um jardim de infância, porque as mulheres de lá não trabalhavam e podiam ficar em casa a tomar conta dos filhos». O Ministro dos Assuntos Sociais prometeu estudar o assunto.

Um outro ponto abordado, o da construção da ponte internacional de Monção, que servia de alternativa à de Valença, mereceu da primeiro-ministro a promessa de que ao chegar a Lisboa iria analisar o problema.

Ainda a respeito da mesma vila, e sobre um empreendimento da Comissão de Apoio aos Retornados (CAR), de 60 fogos, Lurdes Pintasilgo anunciou que aquele organismo estava a ser alvo de um inquérito devido à estranha situação que nele se verifica.

Por seu turno, o presidente da Câmara de Ponte de Lima denunciou a situação que neste momento se vive no seu concelho e que diz respeito à energia eléctrica, a qual devia ser forne-

cida a 220 volts mas está apenas a ser recebida a 160, e o da iluminação pública a 145 volts.

A falta de pessoal no município de Viana do Castelo, em risco de fechar, foi resolvida de modo provisório devido à colaboração do Governo Civil e das edilidades de Vila do Conde e de Barcelos, que cederam alguns dos seus funcionários.

Um problema importante, o da abertura de fronteiras, mereceu da primeiro-ministro a referência de que tal assunto deverá ser tratado pela próxima Assembleia da República, cabendo aos governos fazer aquilo que o Parlamento determinar.

Relações laborais exemplares

Maria de Lurdes Pintasilgo visitou, também, os Estaleiros de Viana do Castelo onde os trabalhadores lhe tributaram uma calorosa recepção. No contacto com o presidente do conselho de administração, Cruz Lacerda, foi a primeiro-ministro informada de que, actualmente, a empresa se encontra numa «situação de relativo desafogo, devido a um contrato de construção de dois petroleiros no valor de dois milhões de contos».

No entanto, aquele gestor deu conta a chefe do Governo dos prejuízos causados por contratos anteriores, no valor de 500 mil contos, devido ao facto de terem sido negociados em escudos.

Em conversa com Gonçalo Moura, do conselho de trabalhadores, foi Lurdes Pintasilgo informada de que a sua deslocação ao estaleiro tinha sido solicitada pelos próprios trabalhadores. Estes encaram o presente com tranquilidade e consideram o futuro «promissor» devido às encomendas já referidas.

Maria de Lurdes Pintasilgo salientou o facto daquele sector «ser um dos que têm mais significado na vida portuguesa, quer em termos não só de absorção de emprego, mas também de entrada de divisas».

Depois de uma visita a Paredes de Coura, onde foi recebida apoteoticamente, a primeiro-ministro viajou para o porto, tendo ali tomado o comboio que a transportou para Lisboa.